



# Licença de Operação

Processo Nº 15/100495/1999

LO Nº: 106

Ano 2009

Nº Licença Anterior: LI 51

Data de Expedição: 24/11/1998

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, vinculado à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SEMAC/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos Decretos nº 12.230/07 e nº 12.725/09, e as Leis Nº 1.829/98, 90/80 e 2.257/01; e de acordo com o Decreto Nº 4.625/88, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, que autoriza a:

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** Rua Manoel Zanha c/ Rua Laudemiro F. Borge

**Complemento:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Bairro:** Região Norte

**Município:** Rio Verde de MT

**CEP:** 79000-000

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraguai/Rio Taquari

**Corpo Receptor:** Rio Verde

**Área Ocupada Prevista:** 2885,57 m<sup>2</sup>

**Área Total:** 3600 m<sup>2</sup>

**Atividade:** SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - ETE

**capacidade:** 10 litros/s

**VALIDADE LICENÇA:** 04 ano(s)

**coordenada S:** 18°54'19.86"

**coordenada W:** 54°50'44.66"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a empresa a operar o Sistema de Esgotamento Sanitário que compreende a Estação de Tratamento de Esgotos - ETE, com laboratório, desarenador, reator, leito de secagem de lodo, emissário final até o Rio Verde e a Estação Elevatória na Rua 31 de Março;
2. O empreendedor deverá apresentar trimestralmente, a este IMASUL/SEMAC-MS, Relatório do Auto Monitoramento da Eficiência da ETE, acompanhado das análises físico-químicas e bacteriológicas do esgoto bruto e tratado e do corpo receptor a montante e a jusante do lançamento, com frequência mensal.
3. O Empreendimento deverá assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos.
4. O Empreendedor deverá adotar medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos.
5. Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" diretamente no solo.
6. Deverá ser apresentada Proposta de Compensação Ecológica para intervenção em APP conforme descrito no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006, num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura desta Licença.
7. Deverá ser submetida a este IMASUL/SEMAC/MS, Plano de Compensação, com medidas preventivas e igualmente seguras, decorrentes da implantação da ETE em distância inferior a exigida pela Resolução SEMA nº 001/1989.

#### Condicionantes Gerais:

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAC/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAC/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAC/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº. 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão desta Licença;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:  
I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;  
II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;  
III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

---

**VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA:** 04 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

---

Campo Grande, \_\_\_\_\_

17/08/2009

  
**MARCIO CAMPOS MONTEIRO**  
Secretário Adjunto do Meio Ambiente, das Cidades  
do Planejamento, da Ciência E Tecnologia  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia**  
**Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**